

CARNAVAL DE RUA DE UMA CIDADE HISTÓRICA DO BRASIL MEGAEVENTO E SUSTEN- TABILIDADE – ASPECTOS POLÍTICO-CULTURAIS

*Street Carnival of an Historic City of Brazil
Mega Event And Sustainability - Political And Cultural
Aspects*

Leonardo Vincenzo Boccia¹

Resumo: À procura por projetos verdes para o carnaval de rua em Salvador-Bahia, Brasil, neste artigo examina-se o planejamento estratégico formal antes, durante e depois desse megaevento. Considerando os impactos sobre meio-ambiente e espaço urbano, ambos seriamente afetados durante a festividade, três aspectos principais do carnaval em Salvador-Bahia revelam a carência de projetos sustentáveis. Em primeiro lugar, analisam-se estratégias voltadas para o incremento do turismo durante esse período festivo e qual o público alvo. Em seguida, observa-se o grau de comprometimento do poder público para com a festa de rua e com a preservação e a recuperação da cidade. O terceiro as-

pecto envolve problemas com o circuito carnavalesco em expansão desigual que favorece empresas patrocinadoras do evento e traz a falta de espaço adequado à saúde da multidão nas ruas. Na parte final do artigo, examinam-se possíveis mudanças qualitativas por meio de projetos de preservação para Salvador como cidade histórica e patrimônio cultural da humanidade.

Palavras-chave: Carnaval de rua; Salvador-Bahia, Brasil; megaevento; cidade histórica; projetos verdes; preservação e sustentabilidade.

**Street Carnival of an Historic City of Brazil
Mega Event And Sustainability - Political And
Cultural Aspects**

¹ Doutor em Artes Cênicas –PPGAC/ UFBA. Professor Associado do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências/UFBA.



Abstract: Looking for green projects of the street carnival in Salvador-Bahia, Brazil, in this article we examine the formal strategic planning before, during and after this mega event. Considering the impacts on the environment and urban space both seriously affected during the festivities, three main aspects of carnival in Salvador reveal the lack of sustainable projects. Firstly, we analyze strategies aimed at increasing tourism during this festive period and what the target audience. Then we observe the commitment of government to the street party and to the preservation and restoration of the city. The third aspect involves problems with the carnival circuit unequal expanding to favor sponsors, which brings the lack of an adequate space to the health of people in the streets. In the final part of this article we examine possible qualitative shifts through preservation projects and structural improvements for Salvador as historic city and cultural heritage of humanity.

Keywords: Street carnival; Salvador-Bahia, Brazil; mega event; historic city; green projects; preservation and sustainability.

CARNAVAL DE UNA CIUDAD HISTÓRICA DE BRASIL MEGA EVENTO Y SOSTENIBILIDAD - ASPECTOS POLÍTICOS Y CULTURALES

Resumen: Buscando proyectos verdes para el carnaval de la calle en Salvador - Bahia, Brasil, este artículo examina la planificación estratégica formal, antes, durante y después de este mega evento. Teniendo en cuenta los impactos sobre el medio ambiente y el espacio urbano, seriamente afectados durante la fiesta, tres aspectos principales del Carnaval en Salvador - Bahia revelan la falta de proyectos sostenibles. En primer lugar, se analizan las estrategias para aumentar el turismo durante este período festivo y cual el público objetivo. Luego vemos el nivel de compromiso del gobierno hacia la fiesta en la calle y la preservación y recuperación de la ciudad. El tercer aspecto implica problemas con el circuito de carnaval en la expansión desigual que favorece a las empresas patrocinadoras del evento y trae la falta de espacio adecuado a la buena salud de la gente en la calles. En la parte final del artículo, examinamos los posibles cambios cualitativos a través de proyectos de conservación de la ciudad histórica como Salvador, patrimonio cultural de la humanidad.

Palabras clave: Carnaval de la calle; Salvador-Bahía, Brasil; mega evento; ciudad histórica; proyectos verdes; preservación y sostenibilidad.

Descrição

O caso escolhido para este trabalho é um bom exemplo dos resultados da aplicação de modelos caducos e predatórios de gestão e planejamento que podem levar à estagnação e à decadência do patrimônio histórico e cultural de uma cidade. O que se esconde nos bastidores carnavalescos de Salvador-Bahia, na carnavalização da política local, ainda que cuidadosamente mascarado, é o reflexo da inaptidão em superar velhos limites impostos pela carência de discussão, negociação e solução dos problemas que realmente afligem à cidade e seus habitantes. Além disso, em busca da ascensão política aos cargos mais cobiçados, rege nesta província, como em boa parte do mundo provinciano ‘moderno’, o ideal do sucesso individual e da idolatria.

Em 2005, o carnaval de Salvador-Bahia foi eleito pelo Guinness Book a maior festa de rua do gênero.² Origens e história do carnaval da Bahia podem ser recuperadas em relatórios institucionais, links na internet, artigos e livros sobre o assunto. Algumas dessas referências se encontram ao final deste artigo. Além do carnaval, Salvador-Bahia possui um avantajado calendário de festas populares sacro-profanas propulsor do turismo e da curiosidade dos visitantes para com sua diversidade cultural, contudo: “Quem quiser conhecer as festas populares da Bahia — as maiores festas populares do Brasil — que chegue a Salvador nos últimos dias de novembro e não tenha pressa de voltar” (Tavares, 1961, p.3).³

As festas populares em Salvador marcam o início de um ciclo de festejos, ensaios e encontros fundamentais para a cidade e para seus habitantes.

² Ver também: <[http://books.google.com.br / books?hl=pt-BR&id=0g1SLe4d-2MC&q=salvador+bahia+carniva#v=onepage&q=salvador%20bahia%20carniva&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=0g1SLe4d-2MC&q=salvador+bahia+carniva#v=onepage&q=salvador%20bahia%20carniva&f=false)>, Acessado em Jan. 2013, p. 99.

³ As descrições líricas e apaixonadas de Odorico Tavares pela Bahia e suas tradições correspondem, como veremos adiante, ao período que a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia identifica como o primeiro salto, entre 1934 e 1969 com a construção de uma identidade turístico-cultural com foco na cidade de Salvador como terra da magia e do povo hospitaleiro.



Período de férias e festas populares que culmina no carnaval e na esperança de participar e viver a fantasia plena — oportunidade ímpar para transgredir e experimentar a dimensão lúdica e, ao mesmo tempo, uma grande ilusão.

O carnaval no Brasil tem muitas faces e máscaras, além de aspectos ligados à ritualização e à individualidade. Segundo Roberto DaMatta (1997):

No caso brasileiro, sabemos que tal individualidade é fortemente marcada pelo carnaval como um momento em que se pode totalizar todo um conjunto de gestos, atitudes e relações que são vividas e percebidas como instituindo e constituindo o nosso próprio coração. O carnaval está, portanto, junto daquelas instituições perpétuas que nos permite sentir (mais do que abstratamente conceber) nossa própria continuidade como grupo (DAMATTA, 1997, p. 30).

Para DaMatta, o jogo da transformação proporciona igualmente uma coletividade diferenciada e a ritualização torna-se ação importante da comunicação simbólica para produzir e transmitir valores, em uma associação entre ritual e poder. Dessa maneira, os rituais seriam modos de salientar aspectos do mundo diário e para obter tais saliências, DaMatta destaca três modos básicos: reforço, inversão e neutralização (p. 83).

Durante o carnaval de Salvador, a ocupação do centro simbólico exerce grande atração para artistas, empresários, políticos e foliões, todos interessados em produzir e transmitir os próprios valores. No âmbito político, por exemplo, no intuito de acolher e garantir à ‘diversidade cultural’ das manifestações recorrentes durante as festividades momescas, o poder público seleciona espaços urbanos, embora extremamente díspares do circuito carnavalesco, para acolher a exposição individual e em grupo de todos os participantes.

Para o carnaval de 2013, por exemplo, o circuito carnavalesco de Salvador foi literalmente dividido em três partes dominantes, onde logística, infraestrutura, aplicação de recursos e investimentos público e privado contrastaram fortemente entre si.

Fontes oficiais do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura da cidade de Salvador revelam o montante da aplicação de recursos públicos para

o carnaval. Sabe-se, por exemplo, que em 2013, só para garantir a diversidade cultural das atrações e manifestações carnavalescas, o Governo do Estado da Bahia investiu 29,6 milhões de reais, como divulgado pelo site de sua Secretaria de Cultura.⁴ No entanto, o investimento total dos recursos públicos entre Estado e Prefeitura somaram 85 milhões de reais.⁵

A escolha do Brasil para sediar megaeventos como a Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016 representa ao mesmo tempo oportunidade e desafio para o desenvolvimento de projetos sustentáveis e para o incremento do turismo no Brasil. Com isso, o planejamento estratégico para o turismo na Bahia e em outros Estados brasileiros torna-se fundamental.

Segundo fontes da Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR), o desenvolvimento do setor no Estado pode ser dividido em três fases distintas, denominadas de ‘saltos’. O primeiro salto se refere ao período entre 1934 e 1969 com a construção de uma identidade turístico-cultural com foco na cidade de Salvador como terra da magia e do povo hospitaleiro. O segundo salto se deu entre 1970 e 2006 com o primeiro documento focado no planejamento para o turismo, com a implantação de nova infraestrutura, parques hoteleiros e a projeção internacional da Bahia.

O terceiro salto foi dado a partir de 2007, considerado como salto da qualidade, inovação e integração econômica, ou seja: da convergência desses três eixos com o tradicional tripé Meio Ambiente, Social e Econômico como base para a sustentabilidade no turismo. De acordo com a publicação da SETUR (2011):

⁴ Ver Também: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2013/01/31/investimentos-do-governo-garantem-diversidade-de-atracoes-no-carnaval-2013/>>, acessado em Fev. 2013.

⁵ Ver também: <<http://g1.globo.com/bahia/carnaval/2013/noticia/2013/01/carnaval-de-salvador-tera-85-milhoes-so-de-recursos-publicos.html>>, acessado em Fev. 2013.



O Plano Estratégico de Turismo da Bahia – 2007-2016 visa propor as ações governamentais do setor a uma nova realidade propiciada pelas transformações profundas que ocorreram no Brasil no período 2003-2010, e que também atingem a Bahia (SETUR, 2011, p.1).

Com a criação da SETUR em 2007, o Governo da Bahia visa reduzir as desigualdades sociais e regionais pela capacidade do turismo de gerar novas oportunidades de negócios. Entre os principais objetivos da SETUR figura o de proteger o patrimônio natural e cultural. A SETUR trabalha de forma integrada com a Bahiatursa (Empresa de turismo da Bahia SA) e após mapeamento do turismo na Bahia, em 2011 publicou os seguintes dados:

A Bahia registrou em 2008 um fluxo global de 9.052.000 (nove milhões e cinquenta e dois mil turistas), que corresponde a 7% do fluxo total de turistas e 10,2% do fluxo internacional do Brasil. Desse total, 8.538.000 (94,3%) são turistas domésticos, que compreende o número de visitantes de outros estados do país e também o de baianos que viajam dentro do próprio território. O número de visitantes estrangeiros representa 5,7% do fluxo global ou, em número absoluto, 514 mil pessoas (SETUR, 2011, p. 21).

Contudo, com base em dados da Infraero, indicadores de 2007 reportados pelo relatório da Emtursa, o fluxo de turistas estrangeiros no aeroporto internacional de Salvador durante o mês de fevereiro totalizou 43.768 pessoas. Mais números e indicadores, nem todos, entretanto, podem ser recuperados em relatórios institucionais da Secretaria de Cultura do Estado e da Prefeitura.

A falta de um novo modelo pra o carnaval de Salvador parece unanimidade. No informativo de 2007 da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, “Carnaval 2007: uma festa de meio bilhão de reais”, além de uma introdução sobre a Origem, evolução e auge da Festa-Negócio e o detalhamento dos indicadores daquele ano, em suas conclusões, os autores constataram deficiências no planejamento estratégico:

O atual modelo de governança do Carnaval tem impedido o exercício de regulação da festa pelo

Poder Público. O planejamento estratégico é insuficiente e não se desenvolveu um sistema de informações que facilite a definição de políticas públicas de gerenciamento da festa. Há pouca transparência na alocação dos recursos públicos (INFOCULTURA, 2007, p. 23).

Como mostraremos ao longo deste artigo, desde a publicação do Infocultura 2007, pouco mudou em relação ao planejamento estratégico. A privatização do espaço público durante o carnaval tem aumentado dividindo ainda mais as entidades carnavalescas, os organizadores da festa e o poder público; os indicadores confirmam a crise do atual modelo. A Prefeitura de Salvador continua acumulando dívidas ligadas ao carnaval. Em contraponto aos relatórios da SETUR e SECULT do Estado da Bahia e as citações de pesquisadores de áreas distintas, trechos selecionados de matérias da mídia impressa nacional reportam mais detalhes sobre o carnaval em Salvador.

Este trabalho conta também com minha experiência na qualidade de membro do júri do “Concurso de Entidades e Fantasias do Circuito Batatinha”, em três carnavais entre 1998 e 2001 e minha participação em festas populares e como folião ‘pipoca’⁶ em boa parte dos carnavais de Salvador, desde 1978.

Além desta descrição introdutória, este trabalho é composto de quatro seções, durante as quais selecionei citações, indicadores e dados para comprovar as hipóteses de desgaste do atual modelo e a carência de projetos verdes, assim como o risco de declínio do carnaval de Salvador nos moldes atuais.

Na primeira seção, “O grotesco às avessas”, discuto o fim do carnaval no mundo como festa da burla e do riso carnavalesco e o advento de megaventos mundiais fortemente vigiados e reprimidos. Na segunda seção, “Rumo a um novo modelo”, foco a desigualdade social e as limitações do poder público para com a governança do carnaval em Salvador. Na terceira seção “Mudanças anunciadas e sustentabilidade”, viso a discrepância entre o que é anunciado pelo poder público e a realidade nas ruas e na cidade, antes, durante e depois do carna-

⁶ Pessoa que participa do carnaval livre de compromissos com blocos ou entidades carnavalescas.

val. Na última seção, “A grande ilusão”, sintetizo as seções anteriores e procuro concluir deixando em aberto o ponto central dessa luta no campo da cultura que é o da negociação entre as partes e o comprometimento de todos para com a cidade de Salvador e sua população.

O leitor atento notará que ao longo deste artigo, além dos autores de referência não foram citados nomes, nem de políticos, artistas ou de entidades carnavalescas ou de gêneros musicais ou mesmo dados históricos do carnaval e da cidade de Salvador, apenas datas que reportam ao período de cada gestão com as quais o interessado poderá recuperar e identificar as personalidades diretamente envolvidas em cada ciclo histórico.

O grotesco às avessas

Intensas variações foram impostas ao carnaval no mundo moderno. Em geral, durante o carnaval, a classe subalterna deveria poder zombar de seus governantes e de todas as normas vigentes. Indivíduos mascarados poderiam desfilar caricaturando os opressores de plantão, os líderes políticos e outras figuras emblemáticas que afligem periodicamente a população. Além disso, durante o período festivo, os foliões teriam o direito garantido pelo poder instituído de extravasar e viver plenamente a dimensão lúdica.

Mas, o carnaval de rua não era propriamente um espetáculo formal, feito de palco, atores e espectadores, assim como definido por Bakhtin (1996): “Os espectadores não assistem ao carnaval eles o vivem, uma vez que o carnaval pela sua própria natureza existe para todo o povo” (p. 06):

Nesse sentido o carnaval não era uma forma artística de espetáculo teatral, mas uma forma concreta (embora provisória) da própria vida, que não era simplesmente representada no palco, antes, pelo contrário, vivida enquanto durava o carnaval (BAKHTIN, 1996, p. 06).

As variações impostas ao carnaval dos tempos modernos invertem drasticamente forma e estrutura desse ritual coletivo em busca de renovação e revitalização. Mesmo uma fuga provisória dos moldes sociais aceitos pela maioria torna-se cada

vez mais difícil. Grande parte dos recursos públicos destinada pelo Governo do Estado ao carnaval de Salvador, por exemplo, é gasta com equipamento de vigilância eletrônica, iluminação ostensiva do circuito carnavalesco e com a vigilância policial, em muitos casos, fortemente repressiva.⁷

Em outras cidades do mundo, o problema com o terrorismo internacional, tem transformado as festas de rua, o carnaval e outros megaeventos em ambientes públicos controlados em todos seus níveis. Enquanto, na Idade Média, ainda segundo Bakhtin (1996): “Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (p. 08), o carnaval atual se apresenta como espetáculo coordenado dentro de normas de vigilância que favorecem hierarquias, privilégios, regras e tabus.

Vigilância e repressão dos que participam de megaeventos representa a realidade mundial do controle moderno sobre aglomerações em espaços públicos. Contudo, questões de cultura-específicas, em cada caso, trazem à tona mais elementos relacionados com repressão e segregação social que, fundamentadas no estudo da história e das tradições de um povo, precisam ser observadas com bastante atenção.

O carnaval de rua em Salvador-Bahia é um fenômeno com fortes raízes histórico-culturais cujo modelo passou por contínuas e desordenadas transformações nas últimas décadas e que se encontra atualmente em fase crítica, carente de projetos sustentáveis de renovação do atual formato e de redistribuição dos lucros em benefício da cidade e de sua população. Trata-se de um megaevento festivo que envolve cerca de 900 mil pessoas dia nas ruas, durante seis dias. O foco deste trabalho em evidenciar pontos críticos no planejamento estratégico e a falta de projetos verdes para o carnaval de Salvador não diminui nem subestima a capacidade dos diversos órgãos envolvidos de pla-

⁷ Ver também: <http://www.bahiaja.com.br/carnaval/noticia/2013/02/01/seguranca-90-camaras-de-seguranca-vaio-monitorar-o-momo-de-salvador,56634,0.html#.URAZJ_JB6P4>, acessado em Fev. 2013.



nejar e organizar a festa, antes realça a urgência de variações paradigmáticas que garantam melhorias e inovação.⁸

Os limites impostos ao poder público quanto a sua ingerência no âmbito da cultura são também de ordem orçamentária. Problemas com as transformações culturais no mundo contemporâneo são diretamente ligados aos que inventam e produzem bens simbólicos e não propriamente a soma dos diversos projetos culturais sob a tutela do Estado. Essa dimensão filosófica de uma estética mutante entre o belo e o grotesco pertence ao impulso lúdico dos brincantes e é explorado avidamente por agentes políticos de uma gestão.

Com grotesco às avessas, refiro-me ao ritual de inversão praticado durante os antigos carnavais, que evidentemente não está mais em domínio do povo. Em uma sociedade sem classes ou hierarquias definidas era possível brincar à vontade com os diferentes papéis e invertê-los constantemente para provocar o riso carnavalesco, um riso festivo, aquele que segundo Bakhtin (1996): “é em primeiro lugar patrimônio do povo” (p. 10). Mas, no contexto cultural urbano em que vivemos, uma de suas características marcantes destruidora do riso carnavalesco é a carnavalização total da sociedade. Política, religião, esporte, desastres naturais, acidentes e tragédias humanas se tornam partes de um mesmo ‘espetáculo’ nas mídias impressa e de tela.

Com isso, as imagens grotescas do carnaval atual, por exemplo, pouco contemplam a inversão festiva dos papéis, que leva o povo a zombar das lideranças políticas, do poder instituído, entre outros personagens, que no contexto lúdico, tornam-se alvos preferidos de escárnio. Ao contrário, donos ou clientes da mídia dominante, assumem papel principal na festa e brincam com as imagens grotescas do povo nas ruas. Em diversas ocasiões, os canais de televisão reportam cenas de violência

envolvendo o povo em situações humilhantes de embriaguez e duramente reprimidos por policiais. Por outro lado, nos abastados camarotes do rico circuito carnavalesco, as imagens grotescas de embriaguez ou conflito não são transmitidas. Apenas o glamour dos convidados famosos passa a ser visto como o belo da festa, o lado seguro do carnaval de rua.⁹



Figura 1: Trio elétrico – Carnaval de rua de Salvador-Bahia, ©Leonardo V. Boccia 2013.

Com a profunda cisão social e a inversão grotesca dos papéis, o carnaval de rua passa a ser um problema para o povo. Sua participação na condição de folião ‘pipoca’, livre de vínculo com blocos ou entidades carnavalescas é, ao mesmo tempo, livre e submissa. Nesta condição, burlar dos outros para provocar o riso carnavalesco causa confron-

⁸ Na verdade, é também um brutal esforço de coordenação uma vez que em Salvador existem 12 configurações, segmentos ou nichos de mercado, diferentes. São elas: afoxés, trios elétricos independentes, blocos afro, blocos de trio, blocos travestidos, blocos de índios, blocos de percussão e sopro, blocos alternativos, blocos infantis, blocos especiais, blocos de samba, e pequenos blocos. (OLIVEIRA e MOTA, 2008, p. 17).

⁹ “Os números da festa são os fornecidos pelo governo mediante pesquisa realizada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Infocultura, 2011) que aponta para um comportamento singular dos moradores de Salvador nos últimos três anos. A pesquisa indica que a grande maioria da população de Salvador não participa da festa. Esta ausência atingiu os níveis de 83,8% da população em 2008; 81,00% em 2009 e 81,50% em 2010. Isto significa que alguma coisa está errada nos rumos da festa. Cabe investigar. Da população local que participou da festa em 2010, 18,50% segundo a Infocultura (Carnaval 2010), a maioria esmagadora era de negros (87,4%). Desta maioria, quase a totalidade (91,2%) é integrante da categoria dos foliões “pipoca”, ou seja, aquele folião que não participa de qualquer entidade carnavalesca e que brinca livre nas ruas, impresados pelos “cordeiros” e pelos trios elétricos. A participação predominante é de turistas e grande parte deles é brasileira da região Sudeste” (SPINOLA, 2012, p. 75-76).

tos. A essência ameaçada e reprimida da condição lúdica torna o carnaval cansativo e sem graça. Sob forte esquema de vigilância e repressão, o povo brinca acanhado e o carnaval de rua perde sua função primeva, entra em situação crítica que causa sua decadência.

Segundo a opinião de diversos estudiosos do assunto, o Carnaval baiano apresenta sinais de decadência e em médio prazo, se nada for feito em sentido contrário, murchará ou, o que é pior, degenerará como tantos outros eventos populares baianos (SPINOLA, 2012, p. 76).

Spinola remete essa condição a três fatores principais: 1) a elitização da festa; 2) o desligamento gradativo das origens africanas; 3) a morte da criatividade.¹⁰

Redesenhar o modelo do carnaval de rua de Salvador pode ser mais difícil do que se pensa. Além de negociações e acordos entre o poder público e todos os setores envolvidos, serão necessários projetos sustentáveis que assegurem a participação dos excluídos do mercado e promovam investimentos na preservação e nas melhorias dessa cidade histórica.

Pensar o carnaval unicamente como fonte de negócios lucrativos para poucos ricos e de maior popularidade para os políticos de plantão pode agravar ainda mais os estragos já causados. Precisa garantir o riso carnavalesco não apenas vigiando e punindo os mais pobres, mas considerando o espaço lúdico como patrimônio de todos. A reforma paradigmática do carnaval de Salvador requer competência e coragem com a capacidade de agregar os diversos setores para negociar a saída desse modelo caduco de exploração rumo a um modelo moderno de sustentabilidade e de maior inclusão. De acordo com pesquisadores da RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistema e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais) a convivência do carnaval negócio com o carnaval-cultural seria ainda possível na seguinte condição:

¹⁰ Com isso o autor entende: “A severa redução da qualidade da educação na cidade, como de resto em todo o Estado, notadamente nas escolas públicas, contribuiu para a produção de músicas de péssimo gosto, que normalmente apelam para a pornografia” (p. 76-77).

Bastaria que os poderes públicos, Governo do Estado e Prefeitura Municipal, tomassem para si a governança da festa, regulando o uso do tempo no espaço público, preservando a diversidade que a cultura local apresenta. O problema central é que os agentes públicos controlam o espaço físico sobre o qual ocorre a festa que, por sua vez, não existiria como conhecemos sem as entidades privadas (OLIVEIRA e MOTA, 2008, p. 27).

Ainda segundo esses pesquisadores, barganhar com transparência poderia resolver as diversas controvérsias incluindo segmentos das comunidades pela prestação de serviços como forma de compensação do uso do espaço público pelo setor privado (p. 27).

Rumo a um novo modelo

A crise do carnaval de rua em Salvador é uma realidade constatada, em primeiro lugar, por seus moradores — a maioria da população não participa dos festejos — e por seus gestores públicos e organizadores da festa. O atual modelo de carnaval reproduz fielmente os problemas não resolvidos da injustiça social. O paradigma participatório é, segundo Afolabi (2001), ainda um mito. A retórica de um carnaval de participação popular é também ambígua, pois esbarra na ausência maciça dos moradores da cidade.

Qual reviravolta paradigmática poderia renovar e revigorar o carnaval de Salvador? Ou seriam necessárias amplas reformas sócio-político-educacionais garantindo igualdade social e o desenvolvimento sustentável da festa, antes mesmo de pensarmos em redesenhar o megaevento? Para Rogers (1976):

(...) desenvolvimento é um amplo processo participatório de mudança social em uma sociedade, que pretende trazer ambos os avanços social e material (incluindo maior igualdade, liberdade e outras valiosas qualidades) para a maioria das pessoas através de seu maior controle sobre o meio-ambiente (ROGERS, 1976, p. 19).¹¹

¹¹ Tradução nossa “(...) Development as a widely participatory process of social change in a society, intend-



E, de acordo com Afolabi (2001):

Para evitar mudanças radicais que acabam por isolar os participantes, uma coalizão conjunta de esforços pode ter melhor chance de sucesso. A solução não virá da contínua isolamento daqueles que deveriam se beneficiar do desenvolvimento; antes, resultaria da formação de uma rede de organizações populares progressivas promovedoras de participação e de parcerias. Sem essas mudanças estruturais, a participação continuará de fato a ser um mito (AFOLABI, 2001, p. 247).¹²

O paradigma participatório em benefício da maioria resultaria dessa capacidade coletiva de reorganizar uma rede dinâmica de organizações populares sócio culturalmente bem resolvidas que desenvolvessem parcerias e a participação ampla e transparente de seus membros, ou seja, a inversão completa do modelo atual centrado no lucro dos ‘donos’ do carnaval e na popularidade de ídolos e políticos mantenedores do status quo. A aplicação dos recursos públicos deveria contemplar a reforma estrutural e a criação dessa rede, e grande parte do lucro das empresas que exploram o circuito carnavalesco ser revertida na manutenção, reforma e melhoria dessa cidade histórica. A ação conjunta dos diversos setores envolvidos com o carnaval de Salvador requer a ampla negociação do poder público com um pequeno grupo hegemônico. Mudanças efetivas resultariam de um plano estratégico conflitante e de difícil execução. De acordo com Dias (2007):

O modelo adotado faz o poder público refém, pois, ao mesmo tempo em que se enxerga algum problema, não se pode fazer qualquer alteração no carnaval que atinja os interesses deste pequeno grupo. A exemplo das denúncias de racismo apuradas pela Câmara Municipal, que chegou muito perto de alguns blocos de trio e que em seguida teve a investigação paralisada (Dias, 2007, p. 4).

Essa condição de dependência política do poder público na administração da cidade de Salvador para com o capital predatório é descrito por Paulo Fábio como ‘indigência política’; condição de pobreza extrema na construção de um planejamento com sentido público.

Em entrevista cedida ao blog Bahia na Rede em maio de 2011, o cientista político Paulo Fábio revela graves falhas conceituais e contradições morais do poder público baiano quando afirma:

A degradação urbana que se vive hoje em Salvador resulta, em grande parte, da falta de estratégias políticas para a cidade, criando terreno propício a aventureirismos políticos e a uma gestão atrabiliária, incapaz de fazer face aos problemas financeiros do poder municipal e de dotá-lo de um planejamento com sentido público. Gestão leniente para com o capital predatório, que há em todo lugar e pontifica onde não é monitorado e contido por uma política pública (Fábio, 2011).

Fábio considera ainda que: “Há muitos anos Salvador é tratada como mero degrau da disputa estadual, trampolim que pode levar ao poder estadual.” Essa falta de atitude cívica e de comprometimento para com a cidade tem potencializado o caos urbano em todos os sentidos. Após uma gestão municipal de oito anos que agravou as condições do município em suas diversas áreas e uma delas se refere aos projetos predatórios de seu carnaval, Salvador vive um dos piores momentos de sua história recente.

Outro ponto chave na reforma do modelo para o carnaval local seria a mudança radical da atitude político-partidária vigente, voltada para o populismo e os interesses demagógicos dos representantes que assumem a gestão pública da cidade. A combinação de um amplo processo participatório das

ed to bring about both social and material advancement (including greater equality, freedom, and other valued qualities) for the majority of the people through their gaining greater control over their environment” (Rogers, 1976, p. 19).

¹² Tradução nossa. “In order to avoid a radical change that ends up isolating participants, a joint coalition of efforts may have the best chance of succeeding. The solution will not come from further isolation of those who should benefit from development; rather, it will be a result of forming a network of progressive popular organizations that foster participation and partnership. Without these structural changes, participation will indeed continue to be a myth” (AFOLABI, 2001, p. 247).

organizações populares e uma nova atitude político-metropolitana poderiam resultar em modernização e bem-estar social.

Quanto à sustentabilidade do carnaval de Salvador, algumas iniciativas parecem inovar. A preocupação com a reciclagem do lixo sólido e com o aproveitamento de fontes alternativas de energia, além da utilização de materiais orgânicos tem trazido as primeiras e louváveis iniciativas. No carnaval de 2013, por exemplo, um palco sustentável foi alimentado com a própria energia dos foliões: “O palco utiliza uma tecnologia holandesa, inédita no Carnaval de rua de Salvador, onde é possível capturar, com todo o agito do folião, cerca de 500 Watts por hora”.¹³ Em anos anteriores, poucos artistas ligados ao carnaval de Salvador já haviam adotado iniciativas para reduzir os impactos ambientais. Algumas dessas iniciativas foram divulgadas pelo site ecodesenvolvimento.org.¹⁴ Contudo, todos os anos, grande quantidade de latinhas é encontrada no fundo do mar das praias de Salvador, especialmente das praias próximas ao circuito carnavalesco.¹⁵ A campanha de prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a Aids, além do apoio da ONU, conta com um vídeo disponível no YouTube¹⁶ e com a distribuição gratuita de preservativos. “O Ministério da Saúde destinou à Bahia 3 milhões de camisinhas para distribuição gratuita em janeiro, fevereiro e carnaval”.¹⁷

¹³ Ver também: <http://radiobahiafm.com.br/index.php?id=801&tx_ttnews%5Btt_news%5D=139919&cHash=6077ab5acf8e97455a22081b407085d1>, acesso em Fev. 2013.

¹⁴ Ver também: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2011/fevereiro/camarotes-e-artistas-realizam-carnaval-sustentavel>>, acesso em Jan. 2013.

¹⁵ Ver também: <http://blogs.estadao.com.br/andrea-vialli/no-fundo-do-mar-o-lixo-do-carnaval-de-salvador/?doing_wp_cron=1360797439.3140690326690673828125>, acesso em Jan. 2013.

¹⁶ Ver também: <<https://www.youtube.com/watch?v=7DpOYbhg1co>> acesso em Fev. 2013.

¹⁷ Ver Também: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NO_TICIA=12280>, acesso em Fev. 2013.

Todavia, assim como todos os anos, no carnaval de 2013, presenciei multidões sem proteção auricular, expostos a níveis insuportáveis de volume dos trios elétricos e de outras fontes emissoras de som e ruídos, durante muito tempo. Crianças e bebês permaneceram muito próximos dos alto-falantes e dos veículos com som amplificado. Faltam campanhas educativas para prevenir a surdez, os organizadores poderiam distribuir gratuitamente protetores de silicone maleável para proteger especialmente as crianças que não têm como fugir da truculência do som amplificado acima de 110 decibéis.

Mudanças anunciadas e sustentabilidade

Devemos igualmente considerar que à base dessa necessidade urgente por mudanças do atual modelo sócio-econômico-cultural em Salvador e no Estado da Bahia existem propostas governamentais que prometem reformas e comprometem a atual gestão. Nos últimos cinco anos, foram desenvolvidos projetos visando amenizar as distorções acumuladas ao longo de décadas. Contudo, essas ações podem demorar décadas para trazer as transformações almejadas. A falta de interação entre diversos setores, públicos e privados, organizações populares e sociedade civil em geral causa ulteriores atrasos mantenedores da condição atual exposta despuadoradamente durante o carnaval. Além disso, a ingerência do Estado na cultura tem seus limites, assim como projetos que atingem metas sem causar mudanças relevantes e, em alguns casos, criam distorções provenientes do oportunismo de grupos e indivíduos.

O relatório 2007-2010 da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) mostra a atuação daquela gestão e descreve múltiplas ações empreendidas ao longo desse período. De acordo com esse relatório: ‘a gestão da cultura na Bahia é moldada a partir de quatro eixos estruturantes’, são eles: 1) reconceituação da cultura; 2) cultura e descentralização; 3) economia da cultura e 4) sistema de cultura. Entre as mudanças anunciadas, a descentralização da cultura ganhou destaque:

Para minimizar as marcantes desigualdades entre as diversas regiões, o Governo da Bahia acolheu a divisão do estado em 26 territórios de identi-



dade e vem estimulando o desenvolvimento de cada um a partir de suas características socioeconômicas e culturais (SECULT, 2007-2012, p. 17).

Dessa maneira, surge um novo mapa cultural do Estado da Bahia, no qual 26 territórios de características socioeconômicas e culturais distintas recebem postos e agentes de cultura. Todavia, os limites orçamentários remetem para um ritmo moderado de mudanças efetivas que talvez serão alcançadas no futuro, enquanto isso, problemas com a educação e a saúde da população pressionam o atual Governo. Boa parte da população sofre visivelmente com as carências do dia-a-dia. Por outro lado, ações empreendidas pelas Secretarias do Estado e os recursos destinados à educação e à saúde não resolvem a crise em ambos os setores e o povo expõe essa condição durante o carnaval: é o semblante real e triste da festa.¹⁸

Enquanto isso, em 2010, a SECULT divulgou em seu site a criação de um dos mais importantes planejamentos na área urbana do Centro Antigo de Salvador (CAS).¹⁹ Nessa publicação a secretaria

¹⁸ Apesar das distorções socioeconômicas ainda latentes, as despesas do Estado da Bahia para com educação e saúde, segundo dados de seu orçamento para 2012 são relevantes. À Secretaria da Educação foram destinados recursos na ordem de mais de 4 bilhões de reais, (exatamente 4.055.529.627 reais) e para a Secretaria da Saúde mais de 3 bilhões e reais (exatamente 3.316.893.493 reais), enquanto para a Secretaria do Meio Ambiente foram pouco mais de 290 milhões, para a Cultura 228 milhões e para o Turismo pouco mais de 168 milhões de reais. Outra grande fatia do orçamento do Estado vai para a Secretaria de Segurança Pública com 2.757.223.000 reais e para o Tribunal de Justiça do Estado com 1.371.203.492 reais. Considerando o valor do Dólar estável em 2 reais a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia recebeu cerca de 2 bilhões de dólares em 2012. A despesa total do Estado da Bahia no ano de 2012 foi de 28.950.772.269 (vinte e oito bilhões, novecentos e cinquenta milhões, setecentos e setenta e dois mil e duzentos e sessenta e nove reais), cerca de 14.5 bilhões de dólares.

¹⁹ “O Centro Antigo de Salvador (CAS) é a Área de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico, tem aproximadamente 70 mil habitantes, e se estende por sete quilômetros quadrados, abrangendo 11 bairros. A

anuncia que:

O caminho rumo à sustentabilidade econômica, social, urbanística e ambiental do CAS continua sendo trilhado. Novos parceiros entram em cena e a população está cada vez mais satisfeita. As ações são propostas pelo Plano de Reabilitação Participativo do CAS (SECULT, 2010).²⁰

Algumas Secretarias do Estado prometem ações sustentáveis, é o caso das Secretarias do Meio Ambiente, do Planejamento, da Cultura e do Turismo, contudo, o planejamento estratégico sustentável para o carnaval de rua de Salvador se concentra especialmente na preservação da ‘diversidade cultural’²¹ e menos na governança do evento no espaço urbano antes, durante e depois da festa com as consequentes melhorias na infraestrutura diretamente afetada pelos eventos lucrativos do carnaval. O capital predatório da ‘cidade mercadoria’ tem abusado do espaço urbano oferecendo muito pouco em contrapartida.

A montagem de tapumes para proteger as fachadas de edifícios em diversas partes dos circuitos, por exemplo, causa danos às calçadas em pedra portuguesa, os estragos se acumulam ao longo dos anos, ao final dos festejos, as pedras removidas permanecem soltas sobre a calçada e com a chuva os danos aumentam. Atualmente, nas calçadas de alguns bairros em Salvador está sendo aplicado o

missão do Ercas/SecultBA é tornar esta emblemática região num local de plena sustentabilidade econômica, social, urbanística e ambiental” (SECULT, 2010).

²⁰ Ver também: <<http://www.cultura.ba.gov.br/>>, acessado jan. 2012.

²¹ Com diversidade cultural, o Governo da Bahia entende apoiar artistas e entidades carnavalescas com propostas diferentes da Axé Music, gênero responsável pela massificação e popularização do carnaval de Salvador nacional e internacionalmente. Em tese, seria possível promover diversos gêneros musicais desfilando nos circuitos do carnaval de Salvador. Isto, entretanto, causa uma das distorções acima citadas, quando o dinheiro público é aplicado sem a devida atenção. Sem espaço na mídia dominante impressa ou televisionada, essas atrações musicais e entidades carnavalescas acabam desfilando solitárias pelo circuito do carnaval, em horário não competitivos e ignoradas pela maioria.



piso direcional para deficientes visuais. Em muitos casos, as pedras portuguesas são substituídas por cimento simples ou por modificações de tipo casual, ou seja, com arranjos que contemplam ora trechos em pedra portuguesa, ora cimento ou lajotas ora tudo isso junto, além de trechos completamente em ruína.

Durante o carnaval se produz grande quantidade de lixo sólido, parte desse lixo é reciclável o resto não é reaproveitado. A questão do trabalho infantil; a condição de vida dos catadores de latinhas; o ambiente insalubre no qual permanecem durante toda festa ambulantes e crianças sem condições mínimas de higiene e infraestrutura; a emissão de gás carbônico pelos trios; o consumo excessivo de álcool e outras drogas; a insegurança e as dificuldades com a mobilidade urbana durante a festa; o prejuízo causado a setores de serviços e ao comércio de Salvador, esses e outros problemas provocados direta ou indiretamente pelo carnaval precisam ser devidamente analisados. As ações para minimizar os impactos no meio-ambiente e nas pessoas deveriam partir de todos os setores que exploram o carnaval.

Além das enfermidades causadas pela falta de higiene em diversos pontos do circuito, durante os seis dias sob o intenso calor do verão tropical, os que participam da festa, foliões e moradores permanecem expostos à intensidade sonora dos trios elétricos que desfilam com poderosa aparelhagem áudio amplificando o som acima de 120 decibéis, durante a maior parte do tempo. Essa prepotência sonora causa distúrbios graves:

A Organização Mundial de Saúde (OMS) avalia que o risco causado com a utilização inadequada do som é ainda maior e enumera problemas que podem ocorrer a curto prazo, enquanto outros levam anos para serem notados. Além da perda da audição, a poluição sonora pode levar a quadros de insônia, estresse, depressão, agressividade, perda de atenção e concentração, impotência sexual, perda de memória, dores de cabeça, aumento da pressão arterial, cansaço, gastrite e úlcera, queda de rendimento escolar e no trabalho (TRIBUNA DA BAHIA, 2012).²²

A amplificação abusiva do som dos trios elétricos transforma o circuito carnavalesco em ambiente extremamente caótico.²³ A longa exposição de pessoas e crianças de todas as idades ao som amplificado acima do recomendado provoca lesões irreversíveis ao aparato auditivo. A falta de protetores auriculares em ambientes extremamente barulhentos amplia a probabilidade de uma geração precoce de deficientes auditivos.

O assunto é polêmico, mas precisa ser enfrentado como tema de sustentabilidade e saúde pública. Os trios elétricos são palcos mambembes com potência de amplificação sonora suficiente para cobrir uma área extensa do espaço urbano, a aglomeração de muitos trios transforma o ambiente comum do circuito carnavalesco em centro descontrolado que oferece perigo à saúde. Ainda segundo o artigo da Tribuna da Bahia:

A Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom), órgão que fiscaliza a emissão de ruídos, informa que o limite máximo de decibéis permitidos para os trios elétricos voltados para o público adulto é de 110 Db durante a festa. Já os blocos e trios voltados para o público infantil, o limite é de 80 decibéis. Os blocos que ultrapassarem o limite estabelecido são multados (TRIBUNA DA BAHIA, 2012).

Mas, dependendo do tempo de exposição do adulto ou da criança, esse limite permitido ainda é bastante elevado. Um bloco pode levar horas para desfilar, tempo suficiente para provocar lesões irreversíveis. As lesões auditivas são acumulativas, i.e., a perda parcial ou total da audição se revela com tempo e com o acúmulo de traumas anteriores.

2012/02/15/exposicao-prolongada-ao-som-do-trio-eletrico-afeta-audicao>, acesso em fev. 2013.

²³ Considerando um número reduzido de trios elétricos com boa qualidade de amplificação e que respeitam os limites de intensidade sonora permitido, a grande maioria tem média ou baixa qualidade de amplificação e grande quantidade de ruído acoplado na reprodução e não respeita os limites permitidos.

²² Ver também: <<http://www.tribunadabahia.com.br/>



A grande ilusão

Em muitas regiões do mundo, onde se promovem megaeventos de todos os tipos, os organizadores tomam medidas para garantir a segurança e evitar acidente ou tragédias. Em alguns países que sofrem com ameaças do terrorismo internacional, a vigilância e o controle é ainda maior. O carnaval antigo, considerado “o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus”, foi adaptado ao mundo moderno e adquiriu níveis de controle e repressão inibidores para qualquer tentativa de inversão, libertação e ressurreição. A grande ilusão do carnaval, entretanto, deveria trazer a alegria de fazer a fantasia em ritos de reforço, inversão e neutralização para desfilar ao largo da realidade e da opressão do mundo real, com a sensação de liberdade. Contudo, vigiado e controlado, o carnaval abre espaço para a carnavalização do espetáculo midiático e, em sua função originária, morre a cada ano. Em nome da cultura se reprime a energia instintiva dos foliões. De acordo com Marcuse (1968):

(...) a ideia de uma civilização não-repressiva, com base nas realizações do princípio de desempenho, deparou com o argumento de que a libertação instintiva (e, conseqüentemente, a libertação total) faria explodir a própria civilização, uma vez que esta só se pode sustentar através da renúncia e do trabalho (labuta) — por outras palavras, através da utilização repressiva da energia instintiva. Livre dessas repressões, o homem existiria sem trabalho e sem ordem; retrocederia para a natureza, que destruiria a cultura (MARCUSE, 1968, p. 158).

Com isso, a repressão cultural necessária à civilização se reverte em recursos públicos aplicados na diversidade cultural e no maior controle da cultura pelo Estado. O homem comum perde o direito ao impulso lúdico que é veículo de libertação. Surge desta maneira uma visão distorcida de criatividade. Para evitar que efusões de liberdade tomem conta do espaço urbano durante o carnaval e ameacem o controle, abre-se espaço para o vazio da criatividade reprimida. A morte da criatividade do carna-

val de Salvador pode ser resultado desse processo de coação contínua e do controle absoluto sobre a dimensão lúdica da festa e, ao mesmo tempo, da exclusão de grande parte da população que não encontra no carnaval quaisquer impulsos de criatividade e liberdade.

Educação e saúde devem ser garantidas pelo Estado, o resto é mais simples. Escolas e programas educativos precisam atingir todos os níveis de instrução e incluir o maior número de participantes. A criatividade se alimenta do grau de liberdade que cada indivíduo experimenta em seu ser nos diversos estágios de sua vida. Controle contínuo e repressão farão murchar essa esperança de renovação. Com isso, a exclusão social e racial em Salvador resulta não apenas na grande ilusão de preencher o vácuo formado por essa cisão por meio do carnaval, mas na perda da raiz criativa popular.

Diversos indicadores mostram que os moradores da cidade desistiram da festa e se recusam a aceitar esse modelo antigo de exploração, insegurança e repressão. No caso do carnaval, projetos governamentais e municipais tem alcance limitado e de baixa popularidade e o paradigma participatório continua um mito.

A indigência política se confirma em Salvador em cada ação e discurso das autoridades; alguns chegam a anunciar que voltarão para assumir o cargo de Governador, mesmo após uma gestão longa e desastrada como prefeito. Outros prometem dois carnavais por ano, enquanto o que se tem já está desgastado. Com isso, a cidade parece fragmentada em um enorme quebra-cabeça de difícil recomposição. As poucas estrelas que alimentam a grande ilusão do carnaval baiano perdem o brilho e desaparecem lentamente deixando os últimos poucos representantes. Essa idolatria se volta para uma no máximo duas figuras emblemáticas que sustentam parte dessa longa festa-espetáculo de seis dias. Convidam-se atrações internacionais para maquiagem a crise, mas pouco pode ser feito de fora para dentro. Os trios elétricos não são mais considerados novidade e seu som amplificado para níveis não recomendados torna-se problema de saúde pública.

A solução depende de um novo modelo de governança do megaevento aliado a originais invenções de artes plásticas, música e artes cênicas. Grandes espaços para ensaios e oficinas de criação



em diversos campos artístico-culturais e com a participação de muitos artistas ainda excluídos.

A tomada da governança do megaevento por parte do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal, como sugerido por pesquisadores e economistas do RedeSist pode ser uma solução viável, mas a falta de poder de barganha do poder público e o engessamento burocrático de seus recursos pode criar um modelo pouco competitivo. Neste sentido, a concorrência entre empresas do setor privado é necessária na disputa pelo centro simbólico. Mas, a falta de interação entre secretarias governamentais e municipais, o próprio tamanho da máquina pública e suas implicações políticas afastam muitos empreendedores do setor privado. A fragmentação da cidade e a exclusão sociocultural atingiu o carnaval em cheio, sem negociação essa condição se agrava. Nesse cenário trincado será necessário concentrar esforços para a criação de um modelo de gestão moderno e sustentável. Muitas distorções socioculturais precisariam ser corrigidas em um curto prazo, seria esta a grande ilusão?

Conclusão

A discrepância entre fontes oficiais, mídia dominante e realidade nas ruas é literalmente gritante. No entanto, muitas manifestações culturais durante essa longa festa pulsante de seis dias, — ritmos, corpos, canções — empolgam multidões e emocionam por sua variedade de representações individuais e em grupo. As mudanças ocorridas desde os anos de 1980 até hoje causaram algumas distorções graves ao carnaval de rua de Salvador. Trata-se de problemas de ordem sócio-político-educativos e econômicos que ameaçam o sucesso desse empreendimento ao longo dos próximos anos e que merecem ser estudados e corrigidos. O modelo atual é caótico e socialmente injusto, os recursos públicos — em 2013 na ordem de 85 milhões de reais — resultam em prejuízo para os contribuintes e não corrigem as falhas discutidas ao longo deste artigo, antes criam novas distorções. Um megaevento como o carnaval de rua de Salvador provoca impactos consideráveis à cidade e à saúde dos brincantes e dos moradores. Nos anos recentes, algumas iniciativas de sustentabilidade foram esboçadas, ações louváveis, mas ainda tímidas e

insuficientes para causar a reviravolta esperada do atual modelo. O problema com a amplificação sonora é muito grave e atinge especialmente a saúde da população, entre eles muitas crianças. Os traumas causados ao aparato auditivo pelo som e ruídos amplificados abusivamente são acumulativos e resultam em surdez precoce parcial ou total em um período relativamente curto de tempo. Poucos trios elétricos têm qualidade de amplificação e são equalizados e regulados para não causar danos à saúde dos foliões, entretanto, a maioria desses palcos mambembes produz grande quantidade de ruídos, gás carbônico e amplificação acima de 120 decibéis.

Remodelar o carnaval de Salvador vai muito além da mera inversão do desfile de carros e entidades carnavalescas nos circuitos. Precisa colher dados exatos de todos os setores diretamente ligados à festa e promover as consequentes reformas. A grande ilusão do carnaval pode se tornar realidade sustentável para essa cidade generosa em sua essência, bonita por natureza e patrimônio cultural da humanidade.

Referências

- AFOLABI, Niyi. *The myth of the participatory paradigm: Carnival and contradictions in Brazil*. In: Studies in Latin American popular culture [0730-9139] yr: 2001, vol:20 pg:231-250.
- BAHIA. SECRETARIA DE TURISMO. Superintendência de investimentos em Polos Turísticos – Suinvest. *Estratégia turística da Bahia. O terceiro salto 2007/2016*. Salvador: SETUR, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais – 3ª edição*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.
- DIAS, Clímaco. (2007). *Carnaval de Salvador: A Crise da Cultura Mercadoria*. Disponível em: <[http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/index.php?searchword=climaco+dias&ordering=&searchphrase=all&areas\[0\]=content&Itemid=1&option=com_search](http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/index.php?searchword=climaco+dias&ordering=&searchphrase=all&areas[0]=content&Itemid=1&option=com_search)>. Acesso em: 18 jan. 2013.



FÁBIO, P. *Salvador sofre de indigência política*. Disponível em:

<<http://blogbahianarede.wordpress.com/2011/05/23/salvador-sofre-de-indigencia-politica/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Orçamento 2012. Lei Nº 12.503 de 29 de dezembro de 2011 da Bahia*. Salvador-Bahia, 29 de dezembro de 2011.

INFOCULTURA – *Carnaval 2007: uma festa de meio bilhão de reais*. V. 1, n. 1 (set 2007). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2007.

MARCUSE, H. *Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

REDESIST. Coordenador: Hamilton Ferreira, de M. Junior. Pesquisadores: Sérgio Oliveira e Fábio Mota. *Indústria cultural e o carnaval da cidade da Bahia de Todos os Santos, Salvador*. Rio de Janeiro: UFRJ – Instituto de Economia, 2008.

ROGERS, E. (1976). *Communication and development. The Passing of the Dominant Paradigm*. Disponível em: <<http://www.cf-hst.net/unicef-temp/doc-repository/doc/doc478697.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SPINOLA, N. D. A influência Africana na economia cultural baiana. In: *Cadernos de Estudos Africanos* (2012) 23, 53-83. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3634>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

TAVARES, O. *Bahia. Imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1961.

Referências online:

<http://www.saltur.salvador.ba.gov.br/home.php>

http://home.centraldocarnaval.com.br/primeiro_carnaval.asp

<http://www.carnaval.salvador.ba.gov.br/2013/capa/>

<http://www.setur.ba.gov.br/institucional/estrutura/bahiatura/>

<http://www.bahiatura.ba.gov.br/>

<http://www.salvador.ba.gov.br/Paginas/index.aspx>

<http://www.ba.gov.br/>

http://www.seplan.ba.gov.br/sgc/arquivos/20120613_154334_REVISTA_INGLES.pdf

<http://www.seplan.ba.gov.br/>

<http://www.meioambiente.ba.gov.br/default.aspx>

<http://www.cultura.ba.gov.br/>

<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/>